

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 256D9-005-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 - 6ª andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Nascenti S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Nascenti S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.362 mil, patrimônio negativo de R\$ 404 mil e ausência de receita no exercício de 2024 com a prestação de serviços originária da administração do Fundo Nascenti, sendo que tal fundo entrou em fase de desinvestimento e a última receita contabilizada foi em janeiro de 2020. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com Fundos de Investimento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia mantém transações com Fundo de Investimento (Fundo) no qual faz a gestão, em montante significativo e com condições específicas definidas contratualmente entre as partes. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

SPE Nascenti S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.625	30.316
Impostos e contribuições a recuperar	4	12.066	7.559
Total do ativo circulante		21.691	37.875
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	13.557	414.945
Partes relacionadas	5	-	66.048
Total do ativo não circulante		13.557	480.993
Total do ativo		35.248	518.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Obrigações fiscais e tributárias	7	34.232	36.130
Total do passivo circulante		34.232	36.130
Passivo não circulante			
Obrigações fiscais e tributárias	7	54.201	57.817
Partes relacionadas	5	350.452	162.500
Total do passivo não circulante		404.653	220.317
Patrimônio líquido			
	8		
Capital social	8 a)	1.958.833	1.958.833
Reserva de ágio	8 b)	266	266
Ações em tesouraria	8 c)	(698)	(698)
Prejuízos acumulados	-	(2.362.038)	(1.695.980)
Total do patrimônio líquido		(403.637)	262.421
Total do passivo e patrimônio líquido		35.248	518.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	9	(16.056)	(12.097)
Despesas tributárias	-	(606)	(300)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	(600.701)	(179.699)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e impostos		(617.363)	(192.096)
Resultado financeiro líquido	11	(48.695)	(20.405)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(666.058)	(212.501)
Imposto de renda	12	-	-
Contribuição social	12	-	-
Prejuízo do exercício		(666.058)	(212.501)
Número de ações (lote mil)	-	11.962	11.962
Prejuízo por ação		(55,68)	(17,76)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(666.058)	(212.501)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(666.058)	(212.501)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva de ágio	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.958.833	266	(698)	(1.483.479)	474.922
Prejuízo do exercício	-	-	-	(212.501)	(212.501)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.958.833	266	(698)	(1.695.980)	262.421
Prejuízo do exercício	-	-	-	(666.058)	(666.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.958.833	266	(698)	(2.362.038)	(403.637)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Nascenti S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	-	(666.058)	(212.501)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:			
Baixa por desvalorização de títulos e valores mobiliários	6	298.818	106.802
Provisão de ajuste ao valor recuperável	6	102.570	-
Juros de parcelamentos tributários	7	46.815	18.897
(Aumento) redução de ativos			
Impostos e contribuições a recuperar	4	(4.507)	5.223
Aumento (redução) de passivos			
Obrigações fiscais e tributárias	7	-	(18.913)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(222.362)	(100.492)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos e valores mobiliários	6	-	(13.027)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(13.027)
Fluxo de caixa de atividade de financiamento			
Recursos recebidos em contrato de mútuo	5	254.000	185.519
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	5	-	(9.519)
Parcelamentos tributários	7	(52.329)	(49.120)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		201.671	126.880
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(20.691)	13.361
No início do exercício	3	30.316	16.955
No final do exercício	3	9.625	30.316
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(20.691)	13.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SPE Nascenti S.A. (Companhia) (anteriormente denominada Estufa Investimentos Ltda.) foi criada em 27 de abril de 2004, cujos atos constitutivos foram aprovados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte/MG em 07 de outubro de 2008, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores. Em 29 de julho de 2008, a sociedade foi transformada em sociedade por ações de capital fechado.

Em 2010, a Estufa Investimentos S.A. alterou sua denominação social para SPE Nascenti S.A., e passou a ter, como principal atividade, estruturar e, posteriormente, gerir e administrar o Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação ("Fundo Nascenti" ou "Fundo"), que começou suas operações em 2011 e que remunerou até janeiro de 2020 a referida gestora com a taxa de administração e gestão. Atualmente, o Fundo Nascenti está em fase de desinvestimento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.362.038, patrimônio negativo de R\$ 403.637 e ausência de receita no exercício de 2024.

A SPE Nascenti S.A. continua em processo de captação para lançamento de um novo fundo que reestabelecerá as fontes de receita da Companhia. Porém, até lá, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.492.836/0001-08, na qualidade de controladora da SPE Nascenti S.A., realizará todos os aportes de capital necessários para fazer frente às despesas da Companhia de forma a garantir a sua continuidade operacional pelo tempo que for necessário até que ela reestabeleça suas fontes de receita.

1.1. Fundo Nascenti

O Fundo Nascenti é um fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas inovadoras e onde possa ter participação no processo decisório com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e nas gestões das empresas investidas. Este Fundo é administrado e gerido pela SPE Nascenti S.A.

O prazo de duração do Fundo era, inicialmente, 07 anos contados a partir da data de autorização de funcionamento pela CVM, tendo sido prorrogado por 6,9 anos, totalizando 13,9 anos. O Fundo poderá ainda ser prorrogado, subordinado à aprovação de cotistas titulares de 55% das cotas subscritas e integralizadas, reunidos em Assembleia Geral de Cotista.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 07 de maio de 2026.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis**a) Instrumentos financeiros****i) Ativos financeiros não derivativos**

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

iv) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

v) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

c) Tributação sobre a renda

A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação. Assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% (quinze por cento), acrescidas do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho; e
- Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4. Novas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i)** O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii)** Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- iii)** Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de adiar;
- iv)** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma Companhia.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em ****IFRS 10**** são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação.

- i)** Esclarecimento sobre a perda de controle: O IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir;
- ii)** Avaliação do controle quando há influências externas: A revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.5. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a Companhia consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A Companhia avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a Companhia conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da Companhia de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a Companhia deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da Companhia ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a Companhia estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A Companhia pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

FRS 18 – Apresentação e Divulgações nas demonstrações contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis e introduziu novas exigências para:

- i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;
- iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia não espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (*)	9.624	30.315
Total	9.625	30.316

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2024 e 2023 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% a.a. e 110% a.a., a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

4. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recuperar	1.693	1.693
CSLL a recuperar	1.129	1.129
INSS a recuperar	9.042	4.398
Outros impostos a recuperar	202	339
Total	12.066	7.559

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

5. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a SPE Nascenti S.A efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Confrapar S.A. (a)	-	66.048
Total	-	66.048

(a) O saldo a receber da Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas. Estes contratos possuem juros de mora (0,1% ao mês até a data da efetiva quitação das obrigações), vencimento. Contudo, não possuem atualizações, valor liquidado em 02/05/2024 através do encontro de contas ativo x passivo.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Confrapar S.A. (b)	350.452	162.500
Total	350.452	162.500

(b) O saldo a pagar para a Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas em 02 de janeiro de 2023 e em 02 de janeiro de 2024, pois a Companhia precisou de recursos para fazer frente as suas despesas e não teve receita nos anos de 2024 e 2023. Este contrato possui juros de mora, vencimento. Contudo, não possui atualizações.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

Ativo	Confrapar S.A.	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	79.548	79.548
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(13.500)	(13.500)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	66.048	66.048
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(66.048)	(66.048)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	-	-

Passivo	Confrapar S.A.	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	-	-
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(23.019)	(23.019)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	185.519	185.519
Saldo de 31 de dezembro de 2023	162.500	162.500
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(66.048)	(66.048)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	254.000	254.000
Saldo de 31 de dezembro de 2024	350.452	350.452

5.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração paga aos administradores e dirigentes da Companhia nos exercícios de 2024 e 2023.

6. Títulos e valores mobiliários

O valor das Cotas no Fundo Nascenti é determinado em consonância com o Regulamento deste Fundo, a Instrução CVM nº 579 e com a Resolução CVM nº 175, que substituiu as Instruções CVM nºs 578 e 209, e reflete o valor dos títulos componentes da carteira do Fundo.

Por sua vez, estes títulos componentes da carteira do Fundo são avaliados pelo valor de mercado (valor justo) das participações nas empresas investidas do Fundo nos termos da instrução CVM nº 579. Quando conhecida, é constituída provisão para perdas sobre o saldo de investimento, incluindo o ágio pago nas aquisições, quando considerada de caráter permanente, em função da expectativa de não concretização das projeções e estratégias definidas para as empresas investidas.

A data base do laudo do valor justo do fundo, preparado pelo Gestor, foi 30 de outubro de 2024. O modelo de análise do valor justo do fundo foi com base no fluxo de caixa descontado. A data base da última demonstração contábil auditada do fundo foi 31 de dezembro de 2024, sendo certo que o fundo foi auditado pela Moore Consulting News Consultores e Auditores.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha participação no Fundo Nascenti avaliada em R\$ 116.127. No decorrer do exercício de 2025, o Fundo Nascenti enfrentou eventos de desvalorização severa em sua carteira, destacando-se a baixa contábil integral (write-off) da investida Intcom, devido à deterioração de seus fundamentos e equity value negativo. Adicionalmente, o Fundo realizou o desinvestimento total da Easy Food Pagamentos S.A. (Nutrebem). Em decorrência desses eventos, a Administração da Companhia efetuou a provisão para redução ao valor recuperável do Fundo Nascenti.

A Companhia adota práticas robustas de governança e mecanismos de controle interno que incluem, mas não se limitam a segregação de funções e a autonomia nos processos decisórios de investimento, com o objetivo de permitir a equidade no tratamento entre os fundos e a aderência às melhores práticas do mercado.

Os saldos de Títulos e Valores Mobiliários estavam assim representados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Nascenti	116.127	414.945
Provisão para redução ao valor recuperável	(102.570)	-
Total	13.557	414.945

A movimentação dos títulos e valores mobiliários em cada exercício foi a seguinte:

	Investimento Fundo Nascenti	Banco Sicoob	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2022	503.247	5.473	508.720
Aquisição de investimentos	18.500	-	18.500
Baixa por desvalorização	(106.802)	-	(106.802)
Rentabilidade e valorização	-	(5.473)	(5.473)
Saldo de 31 de dezembro de 2023	414.945	-	414.945
Baixa por desvalorização	(298.818)	-	(298.818)
Provisão de ajuste ao valor recuperável	(102.570)	-	(102.570)
Saldo de 31 de dezembro de 2024	13.557	-	13.557

A Administração contabilizou em dezembro de 2024 a importância de R\$ 298.818 (R\$ 106.802 em 2023) referente, substancialmente, a desvalorização das cotas em decorrência de estudo do valor justo dos investimentos para atender normativos da CVM.

7. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos tributários		
PERT previdenciário (a)	88.433	80.197
Pis, Cofins, IRPJ e CSLL (b)	-	13.750
Total dos parcelamentos tributários	88.433	93.947
Total das obrigações fiscais e tributárias	88.433	93.947
Circulante	34.232	36.130
Não circulante	54.201	57.817

(a) Parcelamento PERT consolidado em 27 de dezembro de 2018 em 120 parcelas, abrangendo todos os débitos Federais e Previdenciários vencidos até 30 de abril de 2017, sendo pagas 89 parcelas, restando 31 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.

(b) Parcelamento PGFN (PIS, Cofins, CSLL e IRPJ) realizado em 19 de dezembro de 2019 em 60 parcelas, quitado em novembro de 2024.

O aging list dos parcelamentos tributários por ano de vencimento está demonstrado a seguir:

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	36.130
2025	34.232	-
2026	34.232	-
2027	19.969	57.817
Total	88.433	93.947

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.958.833 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais) totalmente integralizado. O capital social está representado por 11.961.904 (onze milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quatro) ações, representados por 11.892.126 (onze milhões, oitocentos e noventa e dois mil, e cento e vinte e seis) ações ordinárias; 49.778 (quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito mil) ações preferenciais classe A e 20.000 (vinte mil) ações preferenciais de classe B.

b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 266 (duzentos e sessenta e seis reais).

c) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 698 (seiscentos e noventa e oito reais).

d) Dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal).

9. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de auditoria	(5.000)	-
Taxa de expediente	(10.028)	(10.671)
Telefone	(1.028)	(1.426)
Total	(16.056)	(12.097)

10. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Fundo Nascenti (a)	(211.157)	(171.087)
Ajustes de valores cotas/títulos imobiliários (b)	(298.818)	-
Provisão por ajuste ao valor recuperável (c)	(102.570)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	11.844	(8.612)
Total	(600.701)	(179.699)

(a) Os valores foram enviados ao Fundo Nascenti para que o mesmo tivesse caixa para arcar com custos. O valor é considerado como adiantamento dos valores para pagamento dos encargos e a devolução dos valores somente ocorrerá se e quando houver saída de investidas, ou seja, o reembolso somente será realizado, se e quando o Fundo tiver caixa suficiente para arcar com as despesas e devolver os valores, sendo certo que os valores a serem eventualmente devolvidos pelo Nascenti à Companhia corresponderão ao montante efetivamente enviado pela mesma, sem correção, juros, multa etc.

(b) Reconhecimento da valorização ou desvalorização da participação da Companhia em fundo, refletindo a variação no valor da cota apurado no período. A mensuração é realizada com base no valor justo da cota divulgado pelo administrador do fundo, impactando diretamente o resultado contábil da Companhia.

(c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

11. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	67	68
Total	67	68
Despesas financeiras		
Juros de tributos em atraso	(46.815)	(18.897)
Tarifas bancárias	(1.947)	(1.576)
Total	(48.762)	(20.473)
Resultado financeiro líquido	(48.695)	(20.405)

12. Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios de 2024 e 2023 a opção tributária da Companhia foi pelo Lucro Real.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro tributável		
Receitas	11.911	68
Despesas	(575.400)	(212.569)
Adições		
Perdas com investimentos	298.818	171.087
Exclusões		
Outras receitas (despesas) indedutíveis	-	8.612
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(264.671)	(32.802)
IRPJ e CSLL	-	-

13. Provisão para riscos

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia.

Os indexadores das aplicações financeiras estão associados ao CDI e não apresentam históricos recentes de grandes oscilações.

Considerando estas características, a administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

15. Eventos subsequentes

A administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis.

O relatório de auditoria do Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação ("Fundo"), referente ao exercício de 2024, foi emitido em 29 de maio de 2025 com abstenção de opinião. Tal cenário ocorreu devido à não conclusão dos trabalhos de auditoria na investida OG Intcom Soluções em TI S.A. ("Intcom"), que representava 34% da carteira de investimentos do Fundo (em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil era de R\$ 1.175 mil). À época, não foi possível concluir sobre a necessidade de ajustes nos ativos ou sobre a premissa de continuidade operacional da referida investida.

Em relação ao investimento na Intcom destacam-se os seguintes desdobramentos:

- Agosto de 2025: Laudo de avaliação elaborado por terceiro independente determinou que o equity value da investida era negativo, refletindo a ausência de liquidez e o elevado endividamento;

- 10 de outubro de 2025: O Comitê de Investimentos do Fundo aprovou a baixa contábil integral (write-off) da participação na Intcom. A decisão foi fundamentada na deterioração irreversível dos fundamentos da Companhia, incluindo falhas críticas de governança, ausência de auditorias independentes e pipeline comercial sem conversão; e
- Efeito contábil: O impacto foi o reconhecimento de uma perda definitiva no valor de R\$ 1.175 mil, reduzindo o Patrimônio líquido do Fundo no exercício de 2025.

Em 05 de dezembro de 2025, foi aprovada em instância deliberativa a proposta para venda da totalidade das ações, de titularidade do Fundo, de emissão da Easy Food Pagamentos S.A., inscrita no CNPJ sob o no. 13.458.756/0001-20 ("Nutrebem"). Esta operação fez parte da estratégia de desinvestimento total da carteira para viabilizar o encerramento do Fundo.

Com o recebimento dos recursos referentes à realização dos ativos, o Fundo Nascenti reembolsou a SPE Nascenti no valor total de R\$ 453.919.

Em março de 2026, o Fundo iniciou formalmente o seu processo de liquidação e encerramento. Tendo em vista a realização dos ativos (venda da Nutrebem) e o reconhecimento das perdas, a administração procedeu com:

- A liquidação do passivo exigível e resgate final das cotas;
- Amortização final: a Companhia recebeu o montante de R\$ 4 mil a título de amortização final de caixa;
- Baixa do investimento: ocorreu o resgate total das cotas remanescentes, resultando na baixa contábil definitiva (zeramento) da posição da Companhia no Fundo Nascenti;
- Efeito no resultado: a diferença entre o valor contábil e o valor recuperado será reconhecida como perda definitiva no exercício de 2026, encerrando qualquer exposição da SPE ao referido Fundo;
- A elaboração das demonstrações contábeis de encerramento, não mais sob a premissa de continuidade operacional, mas sim sob a base contábil de liquidação; e
- A baixa do registro de funcionamento perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em decorrência desses eventos, o valor da participação da Companhia no Fundo foi reduzido para R\$ 13.557 em 31 de dezembro de 2025.